



Mensagem nº 33

Processo nº 25107

Proponente: Poder Executivo Municipal

Regime de tramitação: Normal

Data de Conclusão à Procuradoria: 30/5/2023

RELATÓRIO

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal, cujo mérito solicita aprovação do Colendo Plenário para Projeto de Lei que *“Altera a lei nº. 4.289, de 20 de abril de 2023, que autoriza a concessão de subsídio na tarifa do transporte público coletivo de sapucaia do sul”*. Constan dos autos eletrônicos os seguintes documentos:

- ID 58300 (pdf, 2 páginas);
- ID 58395 (página única).

PARECER

A proposição trata sobre modificação no regime de concessão de subsídio financeiro ao transporte público coletivo municipal, alterando conceitualmente a política de suporte à prestação desse serviço público, bem como regras relativas ao pagamento do saldo devedor

Quanto à iniciativa, impende destacar que a proposição versa sobre o custeio e execução dos serviços públicos, ato que se encontra no âmbito próprio da atuação do Poder Executivo, a quem compete dirigi-los e executá-los

Art. 82 Ao Prefeito compete:

XV - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;

XVII - superintender a arrecadação de tributos e de preços dos serviços públicos;

XIX - fixar os preços dos serviços públicos;



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

A matéria em questão foi objeto da edição de várias leis municipais (4.033/2020, 4.068/2021, 4.106/2021 e 4.289/23), sendo que, ao que ora se vislumbra através da justificativa lançada pelo Poder Executivo, a alteração aqui proposta visa compor prejuízos residuais que decorreram de diferenças apuradas na aplicação das normas em questão. A respeito do tema, transcrevemos:

“Despesas de Exercícios Anteriores. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica (Lei nº 4.320/64, art. 37).

Portanto, despesas de exercícios anteriores são despesas de exercícios encerrados:

- a. para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- b. bem como os restos a pagar com prescrição interrompida; e
- c. os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

A. Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria:

São despesas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Exemplo: Não inscrição de empenho em restos a pagar por falta de comunicação interna no órgão:

O fornecedor entregou 50 computadores no dia 28 de dezembro, último dia do prazo estabelecido no edital, e o setor de informática tinha mais 30 dias para atestar o recebimento definitivo, procedimento necessário para liquidação da despesa. Todavia, o setor financeiro contábil não foi informado da entrega dos computadores e anulou o empenho no dia 31 de dezembro.

O orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atender aquela despesa de aquisição de computadores que, entretanto, não foi processada na época própria, sendo cancelado o empenho ao final do exercício.

B. Restos a pagar com prescrição interrompida:

Despesa cuja inscrição em restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor.

Exemplo: Pagamento de restos a pagar não processados anulados:

Caso, para tal resto a pagar anulado, seja aceito que o credor cumpra com sua obrigação e a despesa seja liquidada, o pagamento deverá ser efetuado através do orçamento em curso.

Lembre-se:

Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos restos a pagar, sejam eles processados ou não processados, contados da data da inscrição.

C. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício:

Decorre de uma obrigação de pagamento criada em virtude de norma legal ou decisão judicial, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Exemplo. Pagamento de substituição de chefia retroativa.

Determinado órgão finalmente normalizou o pagamento decorrente do serviço prestado pela substituição de chefia, nos casos em que outro servidor



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

substitui o chefe, recebendo proporcionalmente o salário deste.

Antes, o pagamento somente era efetuado nos casos em que a substituição de chefia excedia 30 dias consecutivos, todavia, após a instrução interna, mesmo em períodos inferiores o pagamento será devido.

Em decorrência desse ato, os servidores que substituíram chefes de setor em períodos inferiores a 30 dias, e que antes não receberam nada por isso, terão o direito agora de receber retroativamente, pelas substituições ocorridas nos últimos cinco anos.

As substituições ocorridas nos exercícios pretéritos serão sanadas com verbas do exercício financeiro em curso na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores”.

CARVALHO, Deusvaldo. **Manual Completo de Contabilidade Pública: Teoria Descomplicada.** Deusvaldo Carvalho, Marcio Ceccato – 3ª ed. – Niterói, RJ: Imptus, 2015. P.331-332

Ao que se depreende do teor da proposição em análise, em conjunto com o projeto encaminhado através da mensagem nº 34/2023, que, por ocasião do seu art. 1º, trata de abrir crédito especial por redução no orçamento do corrente exercício, suplementando a rubrica 3.3.60.92 (Despesas de Exercícios Anteriores), conclui-se que o desiderato enquadra-se como “compromisso reconhecido após o encerramento do exercício”, eis que o direito do reclamante somente foi declarado após o encerramento do exercício anterior. Ressaltamos, a esse respeito, que a presente análise não adentra ao mérito de legalidade deste ato administrativo (reconhecimento de dívida), cuja análise jurídica compete exclusivamente à Procuradoria Geral do Município, restando ao Poder Legislativo apenas autorizar o manejo da despesa no seu aspecto orçamentário.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Finalmente, no que se refere à tramitação do presente processo legislativo municipal, registramos que, anteriormente à deliberação pelo plenário da nobre Casa Legislativa, deve haver manifestação das seguintes comissões permanentes:

a) Legislação e Justiça, por ser condição de tramitação do processo legislativo para todas as proposições em geral:

Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições. § 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, **é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em todos os projetos de lei** e determinadas matérias que tramitem pela Câmara

b) Finanças e Orçamento, por competência específica, eis que a proposição envolve destinação de receita.

Art. 77- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de: (...) IV - proposições referentes a matérias tributárias; abertura de créditos; empréstimos públicos e as que, **direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município**, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

c) Serviços Urbanos, Habitação e Segurança, por competência específica, eis que a proposição envolve execução de serviço público.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Art. 78- Compete à Comissão de Serviços Urbanos, Habitação e Segurança opinar nas matérias referentes a quaisquer obras públicas, empreendimentos, habitação, segurança e **execução de serviços públicos locais** e ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares, sobre trânsito e transporte e comunicação em geral e, especialmente, sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento opinando pela **viabilidade da tramitação**. Assevera-se, outrossim, que o presente parecer tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões. Encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 30 de maio de 2023

João Roberto da Fonseca Junior

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257

